

Novo plano vai ao Congresso dia 11

O deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE) apresentará à Câmara dos Deputados, no próximo dia 11, projeto de lei que pretende estabilizar os preços da economia brasileira, através da substituição do cruzado por uma nova moeda de valor idêntico à OTN: o "Real" (R\$), Rebouças disse ontem ao **Jornal da Tarde**, em Brasília, que o programa de estabilização já foi apresentado ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que "achou a idéia boa", e ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que o classificou como "demasiadamente restritivo para o governo".

O parlamentar informou que o programa é de autoria do economista Francisco Lopes — da PUC do Rio de Janeiro —, um dos "pais do Crítizado" e inspirador do "Plano Bresser". Lopes desenvolveu a proposta nos últimos três meses, contando com a opinião de diversos econômistas, revelou Rebouças.

Para o deputado, a idéia de

Lopes é simples e tem boas chances de obter sucesso, "desde que os agentes econômicos e a sociedade como um todo acreditem na nova moeda", alertou. Um Real, ao ser criado, teria o valor equivalente ao de uma OTN. A nova moeda passaria a circular junto com o cruzado, até o ponto em que a sociedade, espontaneamente, apenas utilizasse o real. Nessa altura, o cruzado deixaria de existir como moeda. Os preços e salários continuariam intocados. Para os primeiros, a conversão seria opcional. Para os salários, obrigatórios. Sem congelamento, portanto.

O deputado acha que esse processo de substituição poderia ocorrer em quatro meses. Observou que a estabilização dos preços viria da "certeza da sociedade de estar utilizando uma moeda forte, menos sujeita à inflação". Rebouças admitiu que existe um risco de o cruzado "contaminar" o real, transferindo para este sua "doença inflacionária". Admitiu ainda que o risco do real passar a ter uma

inflação rápida e ascendente como a do cruzado seria maior ainda se a população não acreditasse no real.

A "contaminação" do real poderia vir da confusão que as pessoas fariam com a circulação simultânea das duas moedas. Rebouças

disse que tem consciência de que as empresas que utilizassem as duas moedas poderiam acabar transferindo o aumento dos seus custos em cruzados para o preços de suas mercadorias em reais.

Duas exceções

A essência do programa concentra-se, segundo Rebouças, na simplicidade da proposta e numa determinação que deverá ser seguida à risca: enquanto houvesse a duplidade de moedas, o governo — incluindo o Banco Central e empresas estatais — não poderia utilizar o real para pagamentos, empréstimos, transferências e qui-



Lopes: otenização.

tações de qualquer débito. Haveria apenas duas exceções: pagamento de seus funcionários e transferência de impostos para Estados e municípios.

Esse tipo de proibição ao governo seria a garantia de que grandes volumes de reais não pudessem invadir a economia, prejudicando o gradualismo da substituição. Outro ponto importante: quaisquer operações com a nova moeda inferiores a um ano não poderiam sofrer correção monetária. Desta forma, se evitaria a realimentação da inflação por causa da indexação.

Entrevistado no Rio pelo **JT**, Chico Lopes deu maiores esclarecimentos sobre seu plano. Depois da primeira fase, que duraria cerca de quatro meses e na qual o real teria o valor de uma OTN fiscal, a nova moeda passaria a ter valores flutuantes, estabelecidos por leilões diários da Caixa de Estabi-

lização, um departamento a ser criado especialmente no Banco Central com a responsabilidade de fixar a paridade em relação ao cruzado e emitir. A partir daí, a expansão do real estaria limitada por lei — Lopes propõe um limite máximo de 12% de expansão por semestre — e regulada pela Caixa de Estabilização.

A diferença

Todo o programa está apoiado em dois pontos ortodoxos imprescindíveis: controle de moeda e corte das despesas de custeio da União. Mas, então, não bastaria esse ingrediente da redução do déficit público para consertar a situação e dispensar novas moedas? Francisco Lopes diz que não porque considera necessário quebrar a inércia da inflação, ou seja, a "contaminação" da inflação passada na futura. E qual a diferença dessa proposta para a de "oteniação" da economia apresentada há cerca de um ano por outros

economistas? Justamente o fato de existir uma âncora no déficit público, responde Lopes. Se o governo quiser, por exemplo, pagar a construção da ferrovia Norte-Sul com OTNs fiscais em vez de cruzados, nos dias de hoje, isso não altera coisa alguma. Mas, depois do plano, só poderá fazê-lo em cruzados e, se gastar mais do que pode, só vai provocar a desvalorização dessa antiga moeda em relação ao real. Todo o resto da sociedade, no entanto, estará protegido por usar a nova moeda.

Preços, de acordo com o plano, seriam negociados conforme o estabelecido no pacto entre trabalhadores e empresários. Salários seriam convertidos pela OTN fiscal e, segundo a lei, só poderiam ter aumentos reais autorizados pela Justiça do Trabalho no limite de 2% ao mês, correspondente à expansão da nova moeda. Em nenhum momento está colocada a proposta de congelamento ou de aplicação do programa através de decreto-lei.